

# iRadarPPP

SETEMBRO / 2023

Powered By

Azevedo Sette  
ADVOGADOS

vernalha  
pereira

Desenvolvido por

 RADAR PPP

Com objetivo de analisar as tendências do mercado de PPP e concessões, desenvolvemos um **índice** que retrata o **desempenho médio do mercado**, gerando percepções diárias sobre a evolução ou involução das expectativas sobre os projetos de concessão e PPP.

**A lógica geral do iRadarPPP envolve a ponderação diária do estoque de investimentos estimados para a totalidade de iniciativas de PPP e concessões.**



Obtemos os valores estimados de investimentos por meio de informação pública disponível.



À medida que novos contratos são firmados o estoque é elevado, enquanto que a execução dos contratos ao longo do tempo reduz o estoque, dado que os investimentos já incorreram.



À medida que as iniciativas em desenvolvimento se aproximam da assinatura contratual o montante dos investimentos estimados é ponderado para também se somar ao estoque total, alterando as expectativas para o mercado.



A depender de como as iniciativas de PPP e concessão se desenvolvem, o estoque de investimentos é impactado, acarretando variação positiva ou negativa do índice.

# Municípios de médio do porte chamam atenção por avanços em iniciativas de PPPs e concessões de Água e Esgoto

iRadarPPP aponta que somando-se apenas as licitações de Marília (SP), Governador Valadares (MG) e Imperatriz (MA) – todas publicadas em setembro/23 - os investimentos podem chegar a R\$4,8 bilhões.

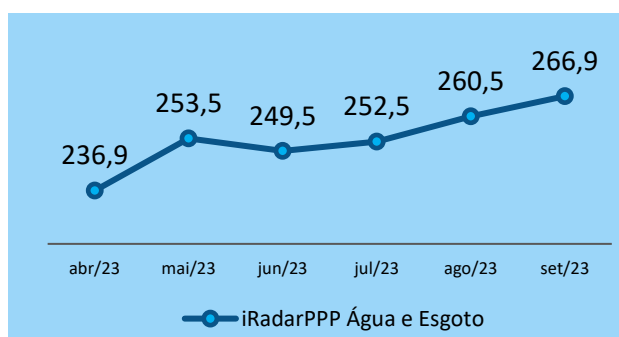
Radar PPP  
04/10/2023

No iRadarPPP do mês de setembro o saldo das variações decorrentes das atualizações das iniciativas em PPPs e concessões foi positivo em R\$ 6,6 bilhões. Isso significa que as movimentações capturadas pelo Radar de Projetos que aumentam as expectativas de que mais investimentos privados em infraestrutura ocorram no país (como o surgimento de novas iniciativas, o avanço das iniciativas no seu ciclo de desenvolvimento em direção à assinatura contratual, atualizações das informações sobre investimentos estimados, entre outras situações) foi superior às movimentações que evidenciam retração das estimativas de investimento privado neste mercado (cancelamento ou paralisações de projetos em virtude de licitações desertas ou fracassadas ou em decorrência de intervenções de órgãos externos, silêncios governamentais após um período do desenvolvimento de um PMI, entre outros exemplos).

Esta é uma evidência em linha com as expectativas mais recentes do Governo Federal, que estima que uma parte significativa dos investimentos em infraestrutura priorizados para os próximos anos virão por meio do setor privado, a partir de contratações de Parcerias Público-Privadas e Concessões - R\$ 612 bilhões viriam por meio do setor privado, aproximadamente 36% dos valores previstos no Novo PAC<sup>1</sup>.

Apesar do resultado decorrente do desenvolvimento das iniciativas, o iRadarPPP fechou o mês de setembro em queda de 5,58%, aos 96,510679 pontos – isso ocorre, pois os contratos já assinados consomem o estoque de investimentos, à medida que o tempo passa e se aproximam do seu fim.

O segmento em destaque neste mês é **Água e Esgoto**, em que 7 novas licitações foram abertas no período, juntando-se a outras 8 iniciativas que estão com seus editais publicados. Os 15 projetos em licitação superam valores estimados em investimento de R\$ 8,8 bilhões. Entre os projetos em desenvolvimento, vale destacar as iniciativas de Campinas-SP, Marília-SP, Governador Valadares-MG e Imperatriz-MA, municípios com população superior a 230 mil habitantes.



<sup>1</sup> Veja mais em <https://exame.com/brasil/novo-pac-tera-investimento-de-r-17-trilhao-veja-a-divisao-por-estado/>

Os novos decretos editados pelo Governo Federal em julho de 2023 (Decretos Federais nº 11.598/2023 e nº 11.599/2023) fecharam as margens abertas pelos decretos anteriores, para que empresas públicas pudessem realizar a prestação de serviços de saneamento básico sem licitação em Municípios integrantes de estruturas regionalizadas. Também foi excluída a flexibilização dos critérios necessários à demonstração da capacidade econômico-financeira pelas Companhias de Saneamento Básico ao admitir a inclusão de contratos provisórios não formalizados e outras situações de natureza precária no processo de comprovação.

Todavia, há um novo prazo para que as Companhias Estaduais de Água e Saneamento possam atestar sua capacidade econômico-financeira junto às agências reguladoras competentes: 31 de dezembro de 2023.

Até lá, novos debates sobre a organização de municípios em blocos regionalizados ou consórcios devem ficar em compasso de espera, o que incentiva ações isoladas de alguns municípios, o que tem sido capturado pelo Radar de Projetos.

## Outros destaques em PPPs e concessões no período

Outras iniciativas merecem destaque pelo potencial de atração de novos investimentos privados e por serem iniciativas que chamam atenção por diferentes fatores, como a ousadia ou o pertencimento a setores que ainda não se desenvolveram plenamente.

- **PPP do Cais Mauá:** Neste mês de setembro foi republicado o edital da PPP do Cais Mauá, com previsão de abertura dos envelopes em dezembro, na B3. É a segunda tentativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de licitar o projeto – a primeira acabou coincidindo com momentos decisivos das últimas eleições. O projeto consiste na revitalização de uma importante área às margens do Rio Guaíba, combinando obrigação de *retrofit* dos armazéns (observando a necessidade de preservação do patrimônio histórico), com aproveitamento imobiliário das docas e obras de urbanização. Em função da cheia histórica registrada no final do mês de setembro (a maior em 82 anos), ficou evidenciada a necessidade de uma solução mais adequada para esta questão. A PPP prevê, justamente, a demolição parcial do Muro da Mauá, com a implantação de barreira alternativa mais moderna e mais eficiente para a contenção de cheias – protegendo de enchentes, inclusive, a área dos armazéns. O Governador do Estado, reagindo a questionamentos, tratou de explicar [em vídeo publicado nas redes sociais](#) como que a demolição do muro e a implantação de nova tecnologia iria contribuir para a mitigação dos efeitos de possível nova inundação. É um exemplo de como as PPPs podem dar respostas criativas para consequências de questões climáticas.



Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Projeto Cais Mauá. Disponível em <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos//cais-maua-apresentacao-v2.pdf>.



- **Parque Nacional de Jericoacoara/CE:** Depois de idas e vindas, o Governo Federal, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), tornou a publicar, neste mês de setembro, o edital para a concessão do Parque Nacional de Jericoacoara/CE, um dos mais emblemáticos parques nacionais do território brasileiro. São cerca de R\$120 milhões de investimentos estimados e quase R\$1 bilhão em operação e manutenção ao longo do contrato. A licitação está prevista para janeiro de 2024.



A Pedra Furada é um dos monumentos naturais mais marcantes de Jericoacoara — Foto: Governo do Ceará/Reprodução

- **PPP Fundação CASA,** iniciativa do Governo do Estado de São Paulo – em situação Intenção Pública Anunciada. Trata-se de iniciativa do segmento Sistema Prisional e surgiu em decorrência da qualificação da iniciativa no Programa de Parcerias e Investimentos - PPI-SP, formalizada na última reunião do Programa (19/09/2023);

O segmento Sistema Prisional é o que possui o menor número de iniciativas mapeadas (33), tendo apenas 3 contratos que foram assinados no país – pelo Estado de Minas Gerais, assinado em 2009, pelo Estado do Amazonas, assinado em 2015, mas que encontra-se com a execução suspensa e, finalmente, o presídio de Itaquitinga, em Pernambuco, cujo contrato caducou em 2016. Foram entregues, neste setembro, os envelopes da licitação da PPP do Complexo Penitenciário de Erechim/RS, que deve ser o próximo projeto do setor a alcançar a fase de assinatura do contrato.

- **Unidades Educacionais da Rede Estadual de Minas Gerais,** iniciativa do Governo do Estado – em situação de “Modelagem - Estudos Liderados pelo Setor Público Iniciados”. Esta iniciativa do segmento Educação foi retomada após ausência de atualização específicas desde 2017, em decorrência da publicação de RFI (Request For Information) pelo BNDES, visando a seleção de empresas para atuarem na estruturação do projeto.

Com 54 iniciativas mapeadas, o segmento Educação possui apenas 3 contratos de PPP assinados em sua história. Em Belo Horizonte-MG (2012) e São Paulo-SP (2022), são contratos em execução. O contrato assinado em Contagem (2020) está com sua execução suspensa.

- **PPP Habitacional,** iniciativa do município de Recife-PE – em situação de “Consulta Pública Aberta”. Iniciativa do segmento Habitação e Urbanização, tornou públicos seus estudos em 08/09/2023, possibilitando o recebimento de contribuições até 13/10/2023.

Com 40 iniciativas mapeadas, o segmento Habitação e Urbanização é o penúltimo em quantidade de iniciativas na nossa base de dados e 5 alcançaram a fase de assinatura. Além da iniciativa em Recife, outras 6 estão ativas, em modelagem ou em consulta pública, com destaque para projetos de Locação Social em São Paulo-SP e Campo Grande-MS.



Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em [radarppp.com](http://radarppp.com), 04 de outubro de 2023. A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.



## Projetos municipais aumentam a projeção de investimentos em água e esgoto



Angélica Petian

Sócia da área de infraestrutura e projetos do Vernalha Pereira



Um dos pilares do novo marco legal do saneamento básico é a regionalização da prestação dos serviços de água e esgoto como condição ao acesso a recursos federais, em virtude de sua estruturação gerar ganhos de escala e subsídios cruzados entre localidades com receita deficitária e superavitária. No entanto, alteração recente nas normas de saneamento básico criou exceção a essa regra, resultando em um incremento considerável de investimentos em projetos municipais. O iRadarPPP de setembro/2023 apresenta variação positiva no volume projetado de investimentos no setor de água e esgoto sustentado pelo lançamento de diversos projetos municipais.

O Decreto federal n.º 11.599/2023 criou exceção à regra de apoio técnico e financeiro da União prevista no art. 50 da Lei federal n.º 11.455/2007, que condiciona referido apoio à adesão do titular de serviço a mecanismo de prestação regionalizada.

Nos termos do art. 15 do novo decreto, até 31.12.2025, a condicionante da regionalização está afastada para alocação de recursos federais ou financiamentos no segmento. Já o parágrafo único autoriza a referida alocação, independentemente do prazo, nas hipóteses em que o Município tenha contratos de programas regulares com comprovação da capacidade econômico-financeira ou em casos em que o Município esteja com o projeto de concessão dos serviços em andamento à época da publicação do decreto.

Sendo assim, aqueles projetos municipais em licitação, ou submetidos à consulta pública, ou, até mesmo, com estudos contratados por instituições financeiras federais poderão contar com futuros financiamentos por entidades da União.

É possível afirmar que a referida exceção, ainda que sutil, traz segurança jurídica ao mercado, assim como é apta a fomentar o lançamento de projetos municipais, pois não era incomum – na fase de consulta pública e esclarecimentos da licitação – há vocalização, pelos licitantes, do receio da dificuldade de obter financiamento para o projeto, dada a então vigente condicionante de acesso a recursos federais.

Com a nova permissiva, municípios relevantes com mais de 200 mil habitantes, como Campinas, Marília, Governador Valadares e Imperatriz, avançaram na estruturação de projetos neste setor, perfazendo volumes de investimentos relevantes.

Capitaneado por projetos como esses, a expectativa é de que outros municípios, não pertencentes a estruturas regionalizadas, encorajem-se a estruturar projetos neste segmento, gerando um importante mercado para médias empresas e caminhando rumo a tão desejada universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.





## A importância da fase de Consulta Pública nas modelagens de projetos de Concessão e PPPs

Segundo dados da iRadarPPP de setembro, há 13 projetos de Concessão e PPP em fase de consulta pública, com destaque para a consulta pública da PPP de Habitação para Locação Social em Recife/PE e de seis PPPs de Iluminação Pública, compreendendo, inclusive, municípios populosos como Bauru/SP, Cotia/SP e Blumenau/SC.

A fase de consulta pública em modelagens de projetos de Concessão e PPPs acontecem na etapa pré-licitatória, após a realização dos estudos técnicos e concepção das minutas iniciais de Edital, Contrato de Concessão e seus anexos. Prevista no artigo 10, inciso VI, da Lei Federal de PPP (Lei nº 11.079/2014) e no artigo 21, §único, da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), a fase de consulta pública é uma ferramenta de participação pública muito importante para alinhar os entendimentos e interesses do Poder Concedente com os dos potenciais parceiros privados e da população em geral.

Essa importância cresce ainda mais em projetos liderados pelo poder público municipal por meio de Procedimentos de Manifestação de Interesse (“PMIs”) ou estruturados internamente, frente as dificuldades inerentes à comum ausência de expertise técnica no corpo das prefeituras municipais. Diante desse potencial, é importante observar algumas condições.

Do lado dos potenciais parceiros privados, na fase de consulta pública é possível contribuir com toda a sua experiência e conhecimento técnico, especialmente contando com o suporte de assessorias técnicas, econômico-financeiras e jurídicas, de modo a trazer maior robustez aos projetos, exequibilidade e financiabilidade. Neste momento, podem ser propostos ajustes nas minutas do edital, contrato e seus anexos, além dos potenciais parceiros privados terem a oportunidade de apresentar as premissas para tornar o projeto mais atraente, bem feito tecnicamente e com maior segurança jurídica.

Para o Poder Concedente, esta fase deve ser encarada com muita seriedade, pois é o momento ideal para receber subsídios do setor privado e da população em geral que possam agregar melhorias ao projeto.

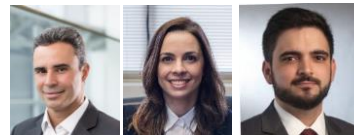
Daí a importância de o Poder Concedente disponibilizar não somente as minutas dos instrumentos do processo licitatório, como também os relatórios dos estudos que embasaram o projeto, para que os interessados possam analisar os documentos e estudos com riqueza de detalhes o suficiente para que entendam todas as premissas adotadas e possam contribuir, discordar ou propor alterações.

Feita a consulta pública, é de suma importância que o Poder Concedente analise minuciosamente as contribuições recebidas, respondendo-as e publicando-as para o público geral, expondo os motivos para adesão ou rejeição das contribuições propostas, em atendimento ao dever de motivação que informa a função administrativa.

Em outras palavras, o Poder Concedente não deve se ater apenas a receber tais contribuições e devolvê-las de forma categórica em acatar ou não as sugestões, mas deve analisar criticamente as sugestões vindas e expor as razões para o seu acatamento ou não.

Se o Poder Concedente levar a sério a fase de consulta pública, com a efetiva contribuição dos potenciais parceiros privados e da população em geral, possivelmente se terá projetos de Concessão e PPP mais robustos, com maior segurança jurídica e qualidade técnica, mais atraentes aos interesses de potenciais parceiros privados, culminando com o oferecimento aos usuários de serviços públicos de melhor qualidade.

### Autores



*Leonardo Moreira Costa de Souza é sócio e Ivana Cota e Ernesto Medeiros T. de Araújo são advogados da área de Infraestrutura do Azevedo Sette Advogados*



4º escritório mais lembrado pelas maiores empresas (em faturamento) e bancos (em ativos) da América Latina. Pesquisas Who Represents Biggest Latin America's Companies e Who Represents Biggest Latin America's Banks (LACCA, 2022)



[www.azevedosette.com.br](http://www.azevedosette.com.br)

A **Radar PPP** ajuda sua empresa a desenvolver as capacidades e habilidades para interpretar o mercado nacional de infraestrutura, além de oferecer informações que fazem a diferença. Acreditamos que o mercado brasileiro de investimento privado em infraestrutura pode gerar benefícios para empresas, órgãos do governo e sociedade. A chave é o acesso à informação qualificada. É a informação adequada e no momento certo que permitirá aos agentes tomar melhores decisões, gerando ganhos para todos os envolvidos.



## o que fazemos



**CONSULTORIA** | A Radar PPP tem expertise para **atuar de forma estratégica em todas as etapas do ciclo de vida das PPPs**, com produtos e serviços que podem ser contratados de forma integrada ou caso a caso, de acordo com a necessidade dos clientes.

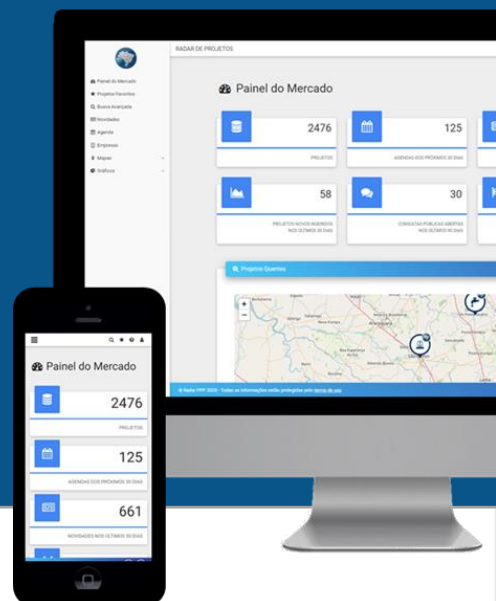


**INFORMAÇÃO** | A Radar PPP desenvolveu o mais qualificado sistema de informação sobre concessões e PPPs do Brasil (**Radar de Projetos**), com monitoramento diário de **mais de 4.900 projetos mapeados**.



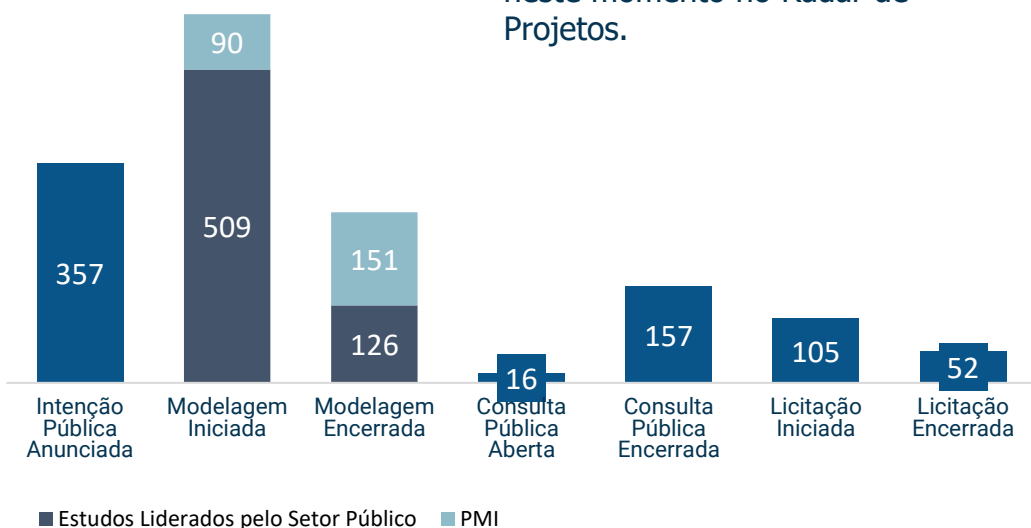
**TREINAMENTOS** | A Radar PPP presta serviços em parceria com centros de estudos nacionais e internacionais, além de treinamentos específicos para preparação da **certificação CP<sup>3</sup>P**, ou customizados de acordo com a necessidade dos clientes.

- O foco estratégico na melhoria da eficiência do mercado brasileiro de PPPs e concessões inspirou a Radar PPP a **conceituar, desenvolver e atualizar o único banco de dados existente da experiência brasileira com o tema.**





- O Radar de Projetos, banco de dados da Radar PPP, possui atualmente **informações sobre mais de 4.900 projetos**, distribuídos em 19 segmentos, tendo mapeado, analisado e sistematizado todos os dados disponíveis, o que permite análises globais sobre tendências neste modelo de contratação e análise comparativa da experiência nacional.
- Existem **1.563 projetos ativos, nos diversos estágios de maturidade**, sendo monitorados neste momento no Radar de Projetos.



Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em [radarppp.com](http://radarppp.com), 04 de outubro de 2023. A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

## Projetos em Destaque

### Iluminação Pública e Rede Semafórica Iluminação Pública

Intenção Pública Anunciada



Pernambuco | Recife

### Complexo Hospitalar Saúde

Intenção Pública Anunciada



Mato Grosso do Sul | Campo Grande

### Cemitérios Públicos Sistema Funerário

Intenção Pública Anunciada



Paraíba | João Pessoa

### Unidades de Ensino Educação

Modelagem – PMI Iniciado



Bahia | Luís Eduardo Magalhães



# O presente documento é um oferecimento de

## Azevedo Sette Advogados

Somos um escritório full service na área do Direito Empresarial, com mais de 50 anos. Contamos com mais de 500 colaboradores em cinco unidades. Em 2022, ocupamos o 4º lugar no ranking "Who represents Latin America's biggest companies 2022", da Latin American Corporate Counsel Association – LACCA. Somos reconhecidos no setor de Infraestrutura pelos melhores guias especializados (Chambers Global, Chambers Latin America, Chambers Brazil, LACCA Approved, Who's Who, The Legal 500, Latin Lawyer 250 e Leaders League), e por clientes públicos e privados, nacionais e internacionais. Somos o Azevedo Sette Advogados.

**Azevedo Sette**  
ADVOGADOS

**vernalha  
pereira**

## Vernalha Pereira Advogados

Vernalha Pereira é um escritório admirado em diversas expertises do direito corporativo pelos principais diretórios jurídicos nacionais e internacionais. É reconhecido por atuar como um consistente parceiro de negócios em projetos de infraestrutura no Brasil, especialmente nos setores de saneamento, construção, rodovias, ferrovias, aeroportos, mobilidade urbana, energia, gás, comunicações, iluminação pública e cidades inteligentes. Com unidades em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília e Curitiba, a banca conta com profissionais preparados para oferecer soluções jurídicas multidisciplinares e integradas, com a precisão, eficiência e responsabilidade que os grandes casos e os projetos complexos exigem.

## Radar PPP

A Radar PPP foi fundada em 2014 com o propósito de preencher a necessidade identificada pelos seus fundadores de organizar a informação pública disponível sobre o mercado nacional de PPPs e concessões. E segue fazendo isso até hoje, juntamente com as atividades de produção de conhecimento, o desenvolvimento e implementação de cursos e a prestação de serviços especializados de consultoria para governos, empresas, organizações do terceiro setor e instituições multilaterais. Diariamente, renovamos a nossa crença de que o futuro da infraestrutura e o aprimoramento da qualidade no gasto público no país passam pelas PPPs e Concessões. E a Radar PPP tem orgulho de existir para fazer parte disso.

 **RADAR PPP**

Agradecemos a todos os nossos clientes por contribuírem para que possamos manter nosso serviço de inteligência de mercado cada dia com mais robustez e qualidade.

O iRadarPPP é um oferecimento da Radar PPP, de parceiros e patrocinadores para servir como indicador para os milhares de profissionais, da iniciativa privada e do setor público, que atuam diariamente com projetos governamentais de longo prazo que contam com investimento privado, na modalidade de PPP e concessão. Trata-se de uma pequena amostra do potencial do banco de dados do Radar de Projetos.

É um dever coletivo que possamos, sempre, melhorar a qualidade da prática nacional com concessões e PPPs, contribuindo para que tenhamos iniciativas que valorizem ao máximo a qualidade no emprego de recursos públicos.

Críticas e comentários serão muito bem recebidos. Não hesite em entrar em contato conosco ([info@radarppp.com](mailto:info@radarppp.com)). A Radar PPP sempre está aberta para interagir com quem respeita e precisa de dados e análises para tomar decisões de qualidade.

Para esclarecimentos sobre a metodologia do iRadarPPP, consulte <https://radarppp.com/informacao/iradarppp/>.